



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



PLANO DE ENSINO PRELIMINAR

COMPONENTE CURRICULAR

Direito Eleitoral e Partidário

UNIDADE OFERTANTE

Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”

CÓDIGO

GDR056

PERÍODO/SÉRIE

10º período

TURMA(S)

CARGA HORÁRIA TOTAL

30 horas teóricas

NATUREZA

Optativa

PROFESSOR

Doutor Marco Aurélio Nogueira

ANO/SEMESTRE

2022-2

PRÉ-REQUISITOS

Teoria da Constituição / Direitos Fundamentais / Organização do Estado e dos Poderes / Direito Civil I / Direito Civil II / Direito Civil III / Direito Civil V / Direito Civil VII / Direito Penal I / Direito Penal II / Direito Penal III / Direito Processual Civil I / Direito Processual Civil II / Direito Processual Civil III / Direito Processual Civil IV / Direito Processual Penal I / Direito Processual Penal II.

OBSERVAÇÕES

O presente planejamento se ateve inteiramente às normas administrativas vigentes.

EMENTA DA DISCIPLINA

Direito Eleitoral. Princípios do Direito Eleitoral. Direitos Políticos. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Alistamento Eleitoral. Elegibilidade. Inelegibilidade. Processo Eleitoral. Convenção Partidária e Registro de Candidatura. Propaganda Política e Pesquisa Eleitoral. Financiamento de Campanha Eleitoral e Prestação de Contas. Eleições, Voto e Proclamação dos Resultados. Diplomação. Ilícitos Eleitorais. Perda de Mandato Eletivo, Invalidação de Votos e Eleição Suplementar. Ações Eleitorais. Recursos Eleitorais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



JUSTIFICATIVA

O Direito Eleitoral e o Direito Partidário, ramos do Direito que dotam de autonomia legislativa e científica, são imprescindíveis para a compreensão do exercício da democracia, considerada bem jurídico daquele. Muito além de seu estudo teórico, a prática deste regime político exige a observância de regras e procedimentos que disciplinam o exercício do poder de sufrágio para a composição do governo do povo. O estudo de ambas as disciplinas se faz imprescindível na formação de futuros(as) profissionais do Direito, pois se trata da instrumentalização do princípio da soberania popular, o que é vivenciado pela sociedade, pelo menos, a cada 2 (dois) anos. Por se tratar de algo tão prático vivenciado não só por parte da população, mas por todos, os conteúdos retromencionados têm sido cada vez mais abordados em concursos públicos, inclusive tendo a inserção de Direito Eleitoral aprovada recentemente no rol de disciplinas do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (EOAB). Em suma, são estas as principais razões que ensejam a oferta do curso.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Estabelecer no(a) acadêmico(a) a compreensão do Direito Eleitoral e do Direito Partidário, correlacionando-as à doutrina, à jurisprudência e à prática atinente às matérias, sendo possível ainda o aprendizado de acordo com o progresso científico e o estudo de cases.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Aspira-se a construção de um conhecimento mínimo acerca das disciplinas, ramos que se encontram em desenvolvimento na academia e entre os operadores do Direito, bem como a construção de mecanismos de compreensão e fortalecimento da democracia através do pluripartidarismo e do amadurecimento da legislação eleitoral, partidária e suas reformas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



PROGRAMA DA DISCIPLINA

PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL E DIREITO ELEITORAL MATERIAL

- 1** Direito Eleitoral.
 - a** Conceito e fundamento do Direito Eleitoral.
 - b** Objeto.
 - c** Taxonomia e autonomia.
 - d** Fontes diretas e indiretas.
 - e** Codificações eleitorais.
 - f** Competência legislativa.

- 2** Princípios do Direito Eleitoral.
 - a** Sobre princípios.
 - b** Princípios de Direito Eleitoral.
 - c** Democracia.
 - d** Soberania popular.
 - e** Princípio republicano.
 - f** Sufrágio universal.
 - g** Legitimidade das eleições.
 - h** Moralidade.
 - i** Proibição.
 - j** Igualdade ou isonomia.
 - k** Pluralismo político.
 - l** Liberdade de expressão.

- 3** Direitos Políticos.
 - a** Compreensão dos direitos políticos.
 - b** Direitos humanos e direitos políticos.
 - c** Direitos fundamentais e direitos políticos.
 - d** Privação de direitos políticos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



- 4** Sistemas Eleitorais.
 - a** Considerações iniciais.
 - b** Sistema majoritário.
 - c** Sistema proporcional.
 - d** Sistema misto.

- 5** Justiça Eleitoral.
 - a** Origem.
 - b** Funções da Justiça Eleitoral.
 - c** Organização da Justiça Eleitoral.

- 6** Ministério Público Eleitoral.
 - a** O Ministério Público.
 - b** Organização.

- 7** Alistamento Eleitoral.
 - a** Considerações iniciais.
 - b** Domicílio eleitoral.
 - c** Alistamento eleitoral obrigatório.
 - d** Alistamento eleitoral facultativo.
 - e** Inalistabilidade.
 - f** Transferência de domicílio eleitoral.
 - g** Cancelamento e exclusão.
 - h** Revisão do eleitorado.

- 8** Elegibilidade.
 - a** Caracterização da elegibilidade.
 - b** Condições de elegibilidade.
 - c** Elegibilidade de militar.
 - d** Reelegibilidade.
 - e** Momento de aferição das condições de elegibilidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



- 9** Inelegibilidade.
- a** Conceito.
 - b** Fonte.
 - c** Natureza jurídica e fundamento.
 - d** Princípios reitores.
 - e** Classificação.
 - f** Duração da inelegibilidade.
 - g** Incompatibilidade e desincompatibilização.
 - h** Inelegibilidades constitucionais.
 - i** Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
- 10** Processo Eleitoral.
- a** O que é processo eleitoral?
 - b** Salvaguarda do processo eleitoral.
- 11** Convenção Partidária e Registro de Candidatura.
- a** Caracterização da convenção partidária.
 - b** Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção?
 - c** Modo de indicação de candidato para vaga remanescente e substituição.
 - d** Deliberação sobre coligação partidária.
 - e** Prévias partidárias ou eleitorais.
 - f** Processo de registro de candidatura.
- 12** Propaganda Política e Pesquisa Eleitoral.
- a** Propaganda política.
 - b** Propaganda eleitoral.
 - c** Direito de resposta.
 - d** Pesquisa Eleitoral.
- 13** Financiamento de Campanha Eleitoral e Prestação de Contas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



- a Financiamento de campanha eleitoral.
- b Prestação de contas de campanha eleitoral.

14 Eleições, Voto e Proclamação dos Resultados.

- a Introdução.
- b Sobre o voto.
- c Garantias eleitorais.
- d Preparação para as eleições.
- e Preparação para a votação.
- f Votação.
- g Apuração e totalização dos votos.
- h Proclamação dos resultados.

15 Diplomação.

- a Caracterização da diplomação.
- b Candidato eleitor com pedido de registro *sub judice*.

16 Ilícitos Eleitorais.

- a Ilícito eleitoral.
- b Abuso de poder.
- c Fraude.
- d Corrupção.
- e Captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais.
- f Captação ilícita de sufrágio.
- g Condutas vedadas a agentes públicos.
- h Responsabilidade eleitoral.

17 Perda de Mandato Eletivo, Invalidação de Votos e Eleição Suplementar.

- a Extinção de mandato eletivo.
- b Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



- c** Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do Código Eleitoral.

PARTE II – DIREITO PARTIDÁRIO

- 1** Direito Partidário.
- a** Introdução ao Direito Partidário.
 - b** Democracia e partidos políticos.
 - c** Conceituação de partido político.
 - d** Regime e natureza jurídica do partido político.
 - e** A constitucionalização dos partidos políticos.
 - f** Sistemas partidários.
 - g** Os partidos políticos e a legislação.
 - h** Registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
 - i** Organização.
 - j** Filiação, desfiliação, suspensão e cancelamento de filiação partidária.
 - k** Propaganda partidária e intrapartidária.
 - l** Finanças partidárias.
 - m** Fidelidade partidária.
 - n** Perda de mandato por infidelidade partidária.
 - o** Extinção de partido político.
 - p** Competência jurisdicional para questões partidárias.

PARTE III – DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL: AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS

- 1** Ações Eleitorais.
- a** Ação de Impugnação ao Pedido de Registro de Candidatura (AIRC).
 - b** Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).
 - c** Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).
 - d** Ação Rescisória Eleitoral (ARE).
 - e** Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED).
 - f** Representação ou Reclamação por Infringência à Lei das Eleições.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



- 2** Recursos Eleitorais.
- a** Visão geral.
 - b** Espécies.

METODOLOGIA

Entre **1º de março** e **28 de junho** serão promovidos os encontros do curso de Direito Eleitoral e Partidário de maneira exclusivamente **presencial**, nos termos da **Resolução Nº 73/2022, do Conselho de Graduação**, bem como das **demais normas aplicáveis**.

Os **encontros** serão realizados pontualmente às **quartas-feiras**, com previsão de início às **16 horas e 50 minutos**, e de término às **18 horas e 30 minutos**. As **aulas** serão **expositivas** e **dialógicas**, podendo ser utilizados recursos didáticos para tal finalidade através de **anotações na lousa**, apresentações via o uso de **retroprojektor** e/ou a disponibilização de **materiais impressos**. A totalidade da carga horária do componente curricular é de **30 (trinta) horas teóricas**.

Para o desenvolvimento do curso, serão disponibilizados pelo docente arquivos de **leituras obrigatórias** e **complementares** como forma de aprofundamento do conteúdo, sendo **artigos científicos**, **capítulos de doutrinas** e **jurisprudência**. Também serão indicadas e fornecidas **videoaulas** para a complementariedade dos estudos.

Com vistas à avaliação do processo ensino-aprendizagem, serão desenvolvidas **atividades avaliativas**, o que será discriminado no tópico seguinte e mediante um calendário prévio fixado.

Todos os materiais necessários para o curso serão inseridos na plataforma **Microsoft Teams**. Para isso, é necessário que o(a) estudante faça o seu cadastro previamente por meio do **e-mail institucional**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



CRONOGRAMA PRÉVIO

Salvo **caso fortuito** ou de **força maior**, após a **aprovação** do presente plano de ensino pelo **Colegiado do curso** e pelos(as) **estudantes**, este será o cronograma:

DATA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	METODOLOGIA
01/03	Apresentação do docente, dos(as) estudantes e do plano de ensino.	Aula expositiva e dialogada.
08/03	Direito Eleitoral. Princípios do Direito Eleitoral.	Aula expositiva e dialogada.
15/03	Princípios do Direito Eleitoral.	Aula expositiva e dialogada.
22/03	Direitos Políticos. Sistemas Eleitorais.	Aula expositiva e dialogada.
29/03	Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral.	Aula expositiva e dialogada.
05/04	Alistamento Eleitoral. Elegibilidade.	Aula expositiva e dialogada.
12/04	Inelegibilidade.	Aula expositiva e dialogada.
19/04	Processo Eleitoral. Convenção Partidária e Registro de Candidatura.	Aula expositiva e dialogada.
26/04	Propaganda Política e Pesquisa Eleitoral.	Aula expositiva e dialogada.
03/05	Financiamento de Campanha Eleitoral e Prestação de Contas. Eleições, Voto e Proclamação dos Resultados.	Aula expositiva e dialogada.
10/05	Eleições, Voto e Proclamação dos Resultados. Diplomação. Ilícitos Eleitorais.	Aula expositiva e dialogada.
17/05	Ilícitos Eleitorais.	Aula expositiva e dialogada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



DATA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	METODOLOGIA
24/05	Perda de Mandato Eletivo, Invalidação de Votos e Eleição Suplementar. Direito Partidário.	Aula expositiva e dialogada.
31/05	Direito Partidário. Ações Eleitorais.	Aula expositiva e dialogada.
07/06	Ações Eleitorais. Recursos Eleitorais.	Aula expositiva e dialogada.
14/06	Prova objetiva.	Atividade avaliativa.
21/06	Vista de prova.	Atividade avaliativa.
28/06	Prova de recuperação de aprendizagem. Vista de prova.	Atividade avaliativa.

AVALIAÇÃO

A avaliação do processo ensino-aprendizagem do curso será realizada através de **atividades avaliativas**, as quais demandarão **compromisso** e **dedicação**. O intuito das mesmas será tão somente **acrescentar** e **somar** ao **conhecimento teórico** e não **prejudicar** ninguém. **Apenas não será avaliado quem deixar de fazê-las**. No que tange à **presença**, esta se fará **necessária**, sendo inclusive objeto de pontuação.

Os **100 (cem) pontos** do semestre serão divididos em **10 (dez) pontos de presença** + **90 (noventa) pontos de atividades avaliativas**.

As atividades avaliativas se farão na forma de **dois estudos dirigidos** com questões **teóricas** e **práticas**, além de uma **prova de natureza objetiva**. Os estudos dirigidos e a prova valerão **30 (trinta) pontos** cada, sendo que o primeiro estudo dirigido deverá ser entregue até **18 de abril de 2023**, e o segundo até **13 de junho do mesmo ano**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Curso de direito eleitoral**. 11. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 fev. 2023.

_____. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Código Eleitoral. In: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm>. Acesso em: 6 fev. 2023.

_____. Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Lei das Eleições. In: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acesso em: 6 fev. 2023.

_____. Lei Nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Lei dos Partidos Políticos. In: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm>. Acesso em: Acesso em: 6 fev. 2023.

_____. Lei Complementar Nº 64, de 18 de maio de 1990. Lei das Inelegibilidades. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2064%2C%20DE%2018%20DE%20MAIO%20DE%201990&text=Estabelece%2C%20de%20acordo%20com%20o,cessa%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%A2ncias.>>. Acesso em: 6 fev. 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



CERQUEIRA, Thales Tácito. **Direito eleitoral esquematizado** / Thales Tácito Cerqueira, Camila Albuquerque Cerqueira. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 16ª ed. São Paulo: Atlas. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. **Direito eleitoral** / Luiz Carlos dos Santos Gonçalves. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

CASTRO, Edson de Resende. **Curso de Direito Eleitoral** / Edson de Resende Castro. 9. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. **Direito eleitoral** / Raquel Cavalcanti Ramos Machado. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Coord.). **O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). **Direito Partidário**. Belo Horizonte: Fórum, 2018 (Tratado de Direito Eleitoral, v. 2).

APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO